



**O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA PRIMÁRIA À SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DAS AÇÕES DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

Ana Luiza Barbosa Anversa<sup>1</sup>

Alessandra Regina Carnelozzi Prati<sup>2</sup>

Patricia Herold<sup>3</sup>

**Resumo**

A presente pesquisa tem por objetivo relatar as ações desenvolvidas pelos acadêmicos de Educação Física no Projeto Domingo do Parque na assistência primária à saúde. Trata-se de relato de experiência, com caráter qualitativo, de ações desenvolvidas no período compreendido entre os meses de abril à setembro de 2018, pelos acadêmicos de Bacharelado em Educação Física, discente de uma instituição de ensino superior do município de Maringá, vinculados ao componente curricular Estágio Supervisionado IV, em parceria com a Secretaria de Saúde de Maringá, por meio dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF). O projeto busca oferecer a população avaliações físicas e orientações de como fazer uso do exercício físico para prevenção, promoção e reabilitação da saúde. Por meio dele, foi possível aproximar os estudantes durante o período de estágio das demandas referentes à saúde pública e à compreensão do sentido de orientação e prevenção por meio do exercício físico, trazendo conhecimentos sobre a realidade do sistema único de saúde (SUS).

**Palavras-Chave:** Educação Física; Saúde Pública, Núcleos Ampliado de Saúde da Família; Relato de Experiência.

**Introdução**

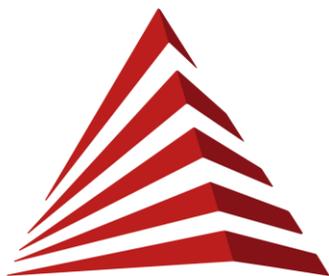
O profissional de Educação Física foi reconhecido como profissão da saúde por meio da Lei 9696/1998. Por meio da Resolução CNE/CES n. 07/2004, os cursos de formação inicial em Educação Física, foram divididos em licenciatura e

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação Física. Professora do Curso de Educação Física da UNIFAMMA.

<sup>2</sup> Mestre em Educação Física. Professora do Curso de Educação Física da UNIFAMMA.

<sup>3</sup> Mestre em Educação Física. Professora do Curso de Educação Física da UNIFAMMA.



bacharelado. Os cursos de Licenciatura têm sua formação voltada para as ações direcionadas ao contexto escolar, atuando diretamente no currículo da Educação Básica, e, os cursos de bacharelado são direcionados a atender todas as potencialidades de ação no campo não escolar.

Desde então, vem sendo ressaltada a necessidade do profissional de Educação Física ter sua formação direcionada para novos campos de atuação, voltados para a saúde, lazer, esporte, empresa, entre outros (OLIVEIRA, 2000). Dentre esses campos, nota-se que ainda há uma fragilidade na compreensão do papel do profissional de Educação Física na efetiva atuação na área da saúde no sentido da prevenção e promoção, em especial no que se refere à assistência primária (FREIRE; VERENGUER; REIS, 2002).

Buscando contornar essa situação e difundir o real reconhecimento do profissional de Educação Física como profissional da saúde, as Diretrizes Curriculares do curso apontam que os cursos de formação inicial precisam buscar meios que aproximem o acadêmico das ações direcionadas à promoção, manutenção e reabilitação da saúde, por meio de práticas que integrem o ensino com o campo interventivo (ALBUQUERQUE, 2008; LUIZ, 2016; OLIVEIRA; ANDRADE, 2016).

Anjos e Duarte (2009) ressaltam que estágios em saúde podem auxiliar no preenchimento da lacuna de cursos de graduação que não integram o ensino e o trabalho de modo a potencializar o cuidado integral; além disso, ações pedagógicas direcionadas à interdisciplinaridade favorecem uma formação alinhada aos preceitos do SUS (SANTIAGO; PEDROSA; FERRAZ, 2016; OLIVEIRA; ANDRADE, 2016).

Diante disso, o curso de Educação Física de uma instituição de ensino superior de Maringá, por meio do componente curricular Estágio Supervisionado IV, em parceria com a Secretaria de Saúde de Maringá e os profissionais de Educação Física vinculados ao Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) buscou por meio do Projeto de extensão “Domingo do Parque” estreitar a relação entre a formação inicial em Educação Física bacharelado e os direcionamentos apresentados pelo



Sistema Único de Saúde (SUS), desenvolvendo práticas formativas e interventivas, voltadas para a orientação sobre a prática de atividades físicas em locais públicos e avaliações físicas gratuitas a população, de modo a suprir possíveis fragilidades da formação inicial no que se refere à saúde coletiva.

### **Metodologia**

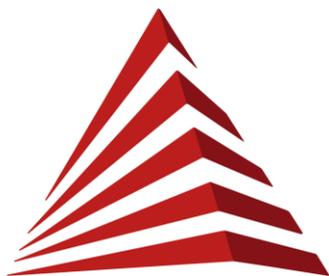
O trabalho trata-se de um relato de experiências a partir das ações desenvolvidas no componente curricular Estágio Supervisionado IV de um curso de bacharelado em Educação Física de uma instituição de ensino superior do município de Maringá em parceria com a Secretaria de Saúde de Maringá, por meio dos NASFs.

As descrições das ações desenvolvidas partem das percepções das coordenadoras do projeto a partir do registro dos alunos, das visitas realizadas no local de estágio e das reuniões com os profissionais de Educação Física vinculados ao NASF.

O atendimento ao público por meio do programa Domingo no Parque correspondeu às ações que foram realizadas durante os meses de abril e setembro de 2018, no segundo domingo de cada mês sob o acompanhamento de um profissional de Educação Física concursado na Secretaria de Saúde de Maringá, e uma professora supervisora do Estágio Supervisionado IV da instituição de ensino superior

### **Resultados e Discussões**

As ações do Projeto Domingo no Parque aconteceram no Parque do Ingá, local que abriga muitas pessoas para a prática de atividades físicas e de lazer, aos domingos, ao longo do dia. As atividades e serviços eram ofertados para a população entre às 8h e 16h.



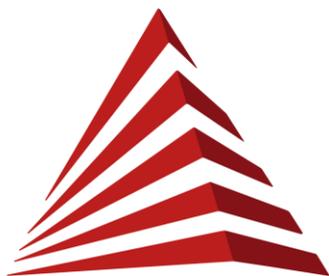
Durante o período de abrangência do projeto foram compartilhadas informações relativas às orientações de atividades físicas e, ainda, realização de avaliações físicas com o objetivo de alertar a população sobre a importância da prática de exercícios físicos regulares para a prevenção, promoção e reabilitação da saúde.

Participaram da organização e execução do projeto três professoras e 22 acadêmicos matriculados no componente curricular Estágio Supervisionado IV do curso de Bacharelado em Educação Física de uma instituição de ensino superior de Maringá, Paraná.

As atividades físicas propostas no projeto foram planejadas com o rigor técnico-científico exigido pelo trabalho que se pretende realizar, respeitando as peculiaridades das pessoas a serem beneficiadas e sob orientação das professoras proponentes bem como dos profissionais de Educação Física vinculados ao Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF).

As ações de capacitação acadêmica e organização das atividades foram realizadas semanalmente junto aos acadêmicos regularmente matriculados no componente curricular de Estágio IV, uma vez que o presente projeto é uma extensão da proposta desenvolvida pelo estágio “Lazer, Saúde e Qualidade de Vida”, em parceria com a Secretaria de Saúde de Maringá, e profissionais de Educação Física vinculados ao NASF. Já, as ações de atendimento à comunidade ocorreram no terceiro domingo de cada mês, sendo que a distribuição dos acadêmicos ocorreu na semana anterior ao atendimento.

Os acadêmicos do Curso de Educação Física realizavam avaliação antropométrica nas pessoas que se aproximavam e desejavam ser avaliadas. Eram coletadas medidas de massa corporal, estatura, circunferência de cintura e circunferência de quadril. Com essas medidas calculava-se o Índice de Massa Corporal (IMC) e a Relação Cintura/ Quadril (RCQ).



Esses indicadores, IMC e RCQ, são determinados a partir de medidas rápidas e seguras, e, fornecem resultados que podem estabelecer associações com fatores de risco para a saúde, sobretudo riscos relacionados ao sobrepeso e obesidade.

O IMC é o método mais utilizado e é calculado pelo peso corporal (em quilogramas) dividido pela estatura ao quadrado (em metros) ou seja,  $\text{kg/m}^2$  (ALVAREZ; PAVAN, 1999). É um método expressivamente acessível e prático, porém, não é o mais preciso, devido a sua incapacidade em distinguir massa de gordura (tecido adiposo) da massa magra (tecido muscular) (ABESO, 2016).

Embora o IMC não seja o método mais preciso para o diagnóstico da obesidade, esse estabelece uma forte correlação com a taxa de mortalidade e complicações relacionadas ao excesso de peso, uma vez que, de acordo com Aronne (2002 ou 2001) mais de 80% das mortes estimadas por serem causadas por comorbidades associadas à obesidade ocorrem em pessoas com IMC igual ou superior a  $30 \text{ kg/m}^2$ .

O RCQ é outro método característico da avaliação antropométrica comumente utilizado no diagnóstico da obesidade. É caracterizado como um indicador que examina a obesidade central (CARVALHO et al., 2015), a qual está relacionada com o tecido adiposo visceral. Nessa avaliação é necessário medir as circunferências de cintura e quadril. Nesta medida, o ideal para a população sul americana é menor ou igual a 90 centímetros para homens, e, menor ou igual a 80 centímetros para mulheres.

Ambos os métodos, de acordo com Carvalho et al. (2015) não são os métodos mais precisos para a avaliação da composição corporal, todavia são indicadores antropométricos que apresentam boa confiabilidade e são os mais aplicáveis na população geral para identificação de sobrepeso e obesidade.

A obesidade é um dos principais fatores de risco modificáveis para doenças crônicas não transmissíveis, sendo responsável por mais de 70% das mortes no Brasil. Segundo dados da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO, 2016) a previsão de pessoas atingidas pelo excesso



de peso em 2025 no mundo será de, aproximadamente, 2,3 bilhões de adultos sobrepesados, e, 700 milhões de obesos.

Já, no Brasil, dados apontam para a prevalência 53,8% da população brasileira com excesso de peso corporal (BRASIL, 2017). Esses dados anunciados pelo IBGE traduzem a urgência de se estabelecer políticas públicas adequadas à prevenção e tratamento do sobrepeso e obesidade.

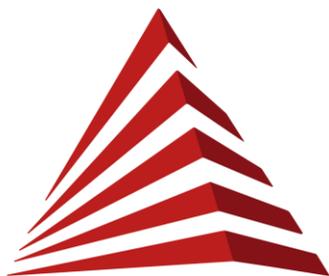
Nessa perspectiva, o aumento do número de pessoas com excesso de peso corporal no Brasil vem motivando ações nas quais objetivam estratégias para avaliação, enfrentamento e monitoramento deste problema.

Sabe-se que a prática regular de exercício físico é importante para qualquer indivíduo, sendo uma ferramenta que se utilizada de forma correta e bem orientada pelo profissional de Educação Física, pode ter influências positivas sobre a homeostase das funções comumente desequilibradas na fisiologia do excesso de gordura corporal. Ou seja, hormônios como a leptina, grelina, irisina, adrenalina, entre outros que participam do processo de lipólise e lipogênese terão influências do exercício físico no sentido de causar alterações na atividade hormonal de adipocinas anti-inflamatórias (SPERETTA; LEITE; DUARTE, 2014).

Ao longo do atendimento à população, após realizadas as medidas e os resultados apresentados, os indivíduos recebiam os valores de suas avaliações e os acadêmicos ajudavam no processo de interpretação desses resultados. Após a identificação de sua condição de composição corporal, os avaliados recebiam orientação em relação à realização de exercícios físicos e os benefícios para a saúde geral.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2011), a realização de 150 minutos de atividade física moderada semanalmente pode melhorar as funções cardiorrespiratórias e musculares, os ossos, além de reduzir os riscos de desenvolvimento de doenças crônicas e depressão.

Embora sejam feitas essas orientações e oferecidas condições para a prática regular de exercício físico, os estudos que investigam os determinantes para



augmentar a participação da população em atividades físicas demonstram que as intervenções e aconselhamento são válidos em curto prazo, todavia são pouco efetivos em alcançar aderência em longo prazo (SEEFELDT et al., 2002; FERREIRA; NAJAR, 2005).

Nesse sentido, embora as avaliações e orientações tenham sido realizadas na população que procurava por isso, não é possível identificar a afetividade das ações no sentido de proporcionar mudança de hábitos para melhoras na saúde geral das pessoas.

## **Conclusão**

Os acadêmicos de Educação Física Bacharelado puderam, por meio do projeto de extensão, Domingo no Parque, compreender melhor as ações do profissional de Educação Física no contexto da saúde pública, em especial o programa NASF e suas práticas direcionadas à assistência primária à saúde.

Ao longo do projeto, foi possível perceber a melhor compreensão dos acadêmicos sobre o papel do profissional de Educação Física nesse contexto, identificando outras possibilidades de atuação e intervenção relacionadas a atividade física e saúde.

A parceria com os profissionais de Educação Física do NASF proporcionou um comprometimento no atendimento junto ao público alvo, favorecendo o processo de ensino e de aprendizagem e a socialização de conhecimento, ação de suma importância no processo de estágio e na constituição da identidade profissional.

Os acadêmicos que participaram do desenvolvimento do projeto como extensionistas, atuaram, no planejamento e realização das atividades. Assim, a extensão cumpriu o seu principal propósito que é contribuir para a formação acadêmica.



## Referências

ALBUQUERQUE, V. et al. A integração ensino-serviço no contexto dos processos de mudança na formação superior dos profissionais da saúde. **Revista brasileira de educação médica**, v. 32, n. 3, p. 356-62, 2008.

ALVAREZ, B.; PAVAN, A. L. Alturas e Comprimentos. In: PETROSKI, E. L. (Orgs.) **Antropometria – técnicas e padronizações**. Porto Alegre: Palotti, 1999.

ARONNE, L. J. Classification of obesity and assessment of obesity-related health risks. **Obesity Research**, v. 10, p. 105-115

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA - ABESO. Mapa da Obesidade. Disponível em: <http://www.abeso.org.br/atitude-saudavel/mapa-obesidade>. Acesso em setembro de 2018.

BRASIL. **Governo do Brasil**. Obesidade cresce 60% em dez anos no Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2017/04/obesidade-cresce-60-em-dez-anos-no-brasil>. Acesso em Setembro de 2018.

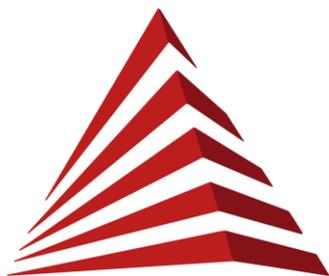
BRASIL. **Lei n.9.696/1998**, de 1 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Brasília, DF, 01 set.1998. Disponível em: [http://www.cbc.esp.br/stjd/Legislacao/lei\\_9696\\_98.pdf](http://www.cbc.esp.br/stjd/Legislacao/lei_9696_98.pdf). Acesso em setembro de 2018.

CARVALHO, C. A. et al. Associação entre fatores de risco cardiovascular e indicadores antropométricos de obesidade em universitários de São Luís, Maranhão, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 2, p.479-490, 2015.

FERREIRA, M. S.; NAJAR, A. L. Programas e campanhas de promoção da atividade física. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10 (sup), p.207-219, 2005.

FREIRE, E.; VERENGUER, R. C. G.; REIS, M. C. C. Educação Física: pensando a profissão e a preparação profissional. **Revista Mackenzie de educação física e esporte**, v. 1, n. 1, 2009.

LUIZ, A. R. **Ensino sobre saúde pública e coletiva nos cursos de graduação em educação física no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.



Revista de Extensão

**UNIFAMMA**

Centro Universitário

VOLUME 1, EDIÇÃO 2019

OLIVEIRA, A. A. B. Mercado de trabalho em Educação Física e a formação profissional: breves reflexões. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v.8, n.4, p.45-50, 2000.

OLIVEIRA, R.; ANDRADE, D. R. Formação profissional em Educação Física para o setor da saúde e as diretrizes curriculares nacionais. **Pensar a Prática**, v. 19, n. 4, 2016.

SANTIAGO, M. L. E.; PEDROSA, J. I. S.; FERRAZ, A. S. M. A formação em saúde à luz do projeto pedagógico e das diretrizes curriculares da Educação Física. **Movimento**, v. 22, n. 2, 2016.

SEEFELDT, V.; MALINA, R. M.; CLARK, M. A. Factors affecting levels of physical activity in adults. **Sports Med**, v. 32, n. 3, p. 143-168, 2002.

SPERETTA, G. F. F.; LEITE, R. D.; DUARTE, A. C. G. O. Obesidade, inflamação e exercício: foco sobre o TNF-alfa e IL- 10. **Revista HUPE**, v.13, n. 1, p.61-69. 2014.

World Health Organization. Global Recommendations on Physical Activity for Health. Disponível em: : <http://www.who.int/dietphysicalactivity/pa/en/index.html>. Acesso em Setembro de 2018.